



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 26, DE 2007

Altera o art. 228 da Constituição Federal, para prever a imputabilidade do menor com mais de dezesseis anos de idade, na hipótese que específica, com redução de pena.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 228 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 228.....

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo se o menor de dezoito anos, já tendo completado dezesseis anos, revelar suficiente desenvolvimento mental para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento, caso em que a pena aplicável poderá ser diminuída em até dois terços.
(NR)”

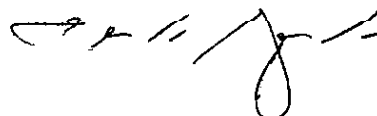
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

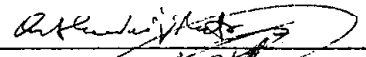
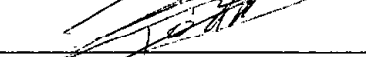
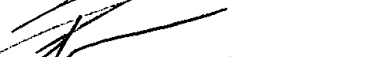
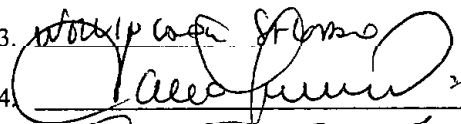

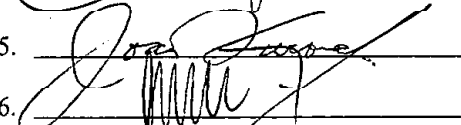
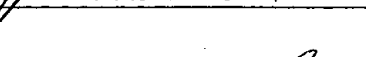
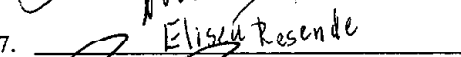
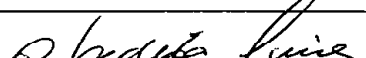
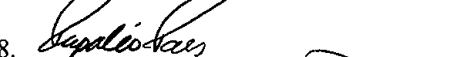
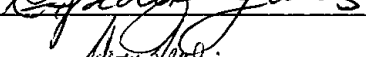
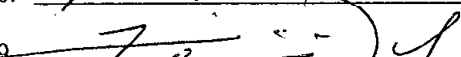

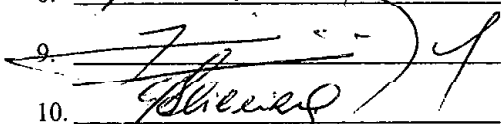
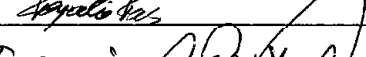
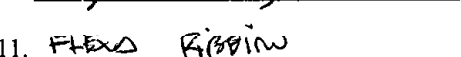
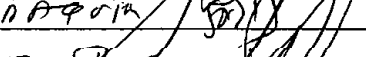
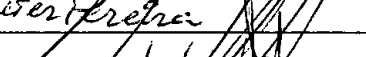
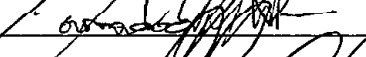
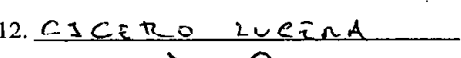
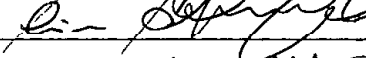
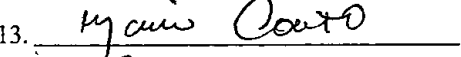

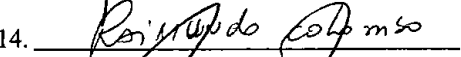
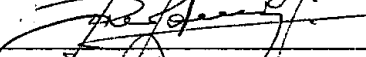



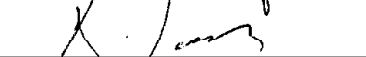
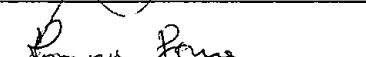
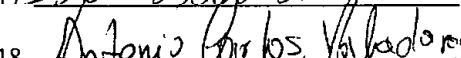
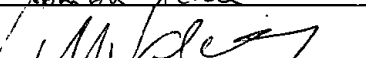
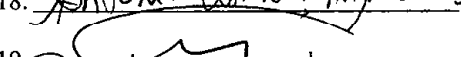
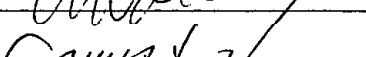
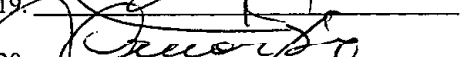
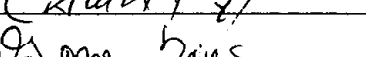
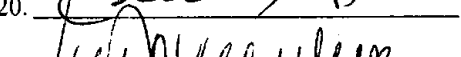
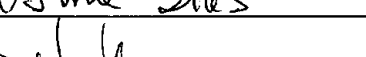
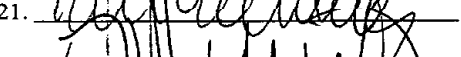
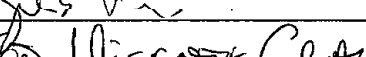
A presente proposta de emenda à Constituição tem por objetivo criar uma solução intermediária entre a redução da maioridade penal para os dezesesseis anos e a manutenção da maioridade penal aos dezoito anos. A solução é simples: usar a fórmula prevista no art. 50 do Código Penal Militar, hoje inconstitucional com o advento de nossa Lei Maior de 1988, que prevê que “o menor de dezoito anos é inimputável, salvo se, já tendo completado dezesesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.”


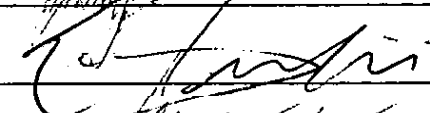
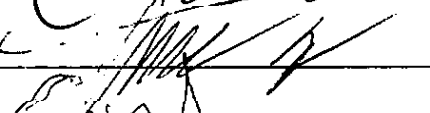

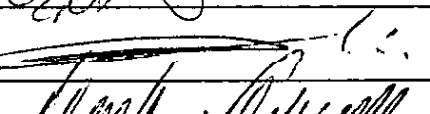

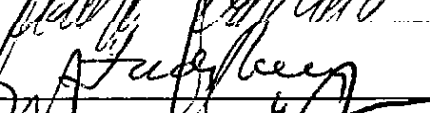
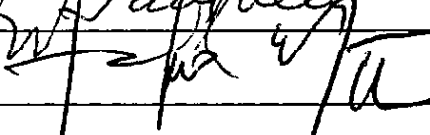
A nossa proposta não prevê um limite mínimo de diminuição da pena, o que, a nosso ver, não se adequaria a um texto constitucional – e nem se harmonizaria com a preocupação social que nossa Lei Maior positiva em relação ao adolescente (art. 227) –, mas impõe um limite máximo, pois, do contrário, a presente pretensão punitiva restaria completamente anulada. Assim, o juiz, atendendo à situação especial do adolescente como sujeito de direitos e deveres, avaliará, no caso concreto, a melhor quantidade de pena.

Sala das Sessões, em 28 de março de 2007



**PEC SOBRE A IMPUTABILIDADE PENAL DO MENOR COM MAIS DE 16 ANOS
COM REDUÇÃO DE PENA | Parágrafo único do art. 228**

NOME	RUBRICA
1. Arthur Virgílio	
2. DEMOSTENES	
3. Walter Costa Stano	
4.  Tasso Ferreira	
5.  João	
6.  Eliseu Resende	
7.  Leopoldo	
8.  Leopoldo	
9.  Tasso	
10.  Tasso	
11. FLEDO RIBEIRO	
12. CÍCERO LUCENA	
13.  Milton Couto	
14.  Ricardo Colombo	
15.  Paulo	
16.  Paulo	
17.  Paulo	
18. Antonio Carlos Valbadoris	
19.  Antonio Carlos Valbadoris	
20.  Antonio Carlos Valbadoris	
21.  Antonio Carlos Valbadoris	
22.  Antonio Carlos Valbadoris	
23.  Antonio Carlos Valbadoris	

24.		Valdir Kalpp.
25.		José Maria
26.		Guilherme Borges
27.		E. Loda
28.		Mozarildo
29.		Cassiano
30.		Alfredo Nascimento
31.		MR / no Netto

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

7º - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

CAPÍTULO VIII

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Publicado no **Diário do Senado Federal**, em 29/03/2007

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:11464/2007)